

AS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS E COMUNITÁRIAS COMO COMPONENTES DA RESISTÊNCIA CAMPONESA¹

João Edmilson FABRINI²

Introdução

O referencial teórico marxista “oficial” imputou ao estudo do campesinato a impossibilidade de sua existência com a intensificação das relações capitalistas de produção (nem socialista). Mas, por outro lado, Marx e autores marxistas, apontaram para o princípio da luta (luta de classes) e a contradição como nexos explicativos da existência camponesa.

Os camponeses possuem uma estimada capacidade de realização de ações coletivas e comunitárias, meio pelo qual garantem a sua existência. Estas ações podem ser verificadas nas lutas para entrar na terra e nela permanecer. São exemplares, as lutas desenvolvidas nos assentamentos de sem-terra em que os camponeses se constituem como sujeitos políticos e vão garantindo a sua existência no sistema adverso (capitalismo), que insiste em fazê-los desaparecer.

A teorização marxista do campesinato

Aos camponeses foram feitas várias interpretações, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do seu desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas.

O fundamento e o horizonte teórico de Marx sobre a sociedade capitalista foram elaborados a partir dos economistas clássicos (Ricardo e Smith). A teoria da economia política clássica era a teorização da uniformidade do mundo, o mundo da mercadoria. As relações capitalistas seriam “puras” e possuidoras de uma força massacrante de outras relações sociais de produção. As situações irregulares, como o campesinato, seriam parte do passado que estaria presente, mas como resíduos que cedo ou tarde seriam descartados.

Em *O Dezoito de Brumário*, Marx atribui conteúdo político ao campesinato francês. A dinastia de Bonaparte, à qual Marx se referiu, representava um camponês conservador que não lutava para superar a condição de existência que a pequena propriedade lhe impunha, mas um camponês que queria consolidar a sua propriedade. Portanto, os camponeses

¹ Texto elaborado a partir de tese intitulada “os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra do centro-oeste/ enquanto território de resistência camponesa” e estudo desenvolvido em grupo de pesquisa do CNPq.

² UNIOESTE

eram reconhecidos em suas ações, no caso do apoio da Bonaparte, pelas manifestações políticas conservadoras e de manutenção da propriedade da terra.

Outro autor que teorizou sobre o campesinato foi Engels (1981). Na compreensão de Engels, os camponeses deveriam se constituir em outro para ser sujeito político, ou seja, transformar-se num operário agrícola forjado no processo de coletivização de terras, para, assim, contribuir na revolução e construção do socialismo.

A exploração individual não permitiria a libertação da subordinação dos camponeses, não sendo possível saída do circuito de miserabilidade pela forma parcelar de exploração da terra. A proposta de Engels para os camponeses consistia em canalizar a produção camponesa para um exemplar regime cooperativo, para que assim os camponeses pudessem ver as vantagens dessa forma de trabalho.

Os debates ocorridos no Partido Social-Democrata Alemão, no final do século XIX sobre a agricultura capitalista, contribuíram para a elaboração da principal obra de Kautsky, *A Questão Agrária*, em 1899. Nesta obra, Kautsky não vê possibilidade de existência camponesa com a expansão do capitalismo assentado na atividade industrial. No mesmo ano de publicação de *A Questão Agrária*, mas em condições completamente diferenciadas, surge a obra de Lênin tratando do desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

Ao estudar o desenvolvimento do capitalismo, Lênin (1982) aponta para as transformações no campo com o processo de industrialização. Na compreensão de Lênin, a grande indústria mecanizada transfere para o campo o modo de vida urbano/industrial, provocando uma “revolução” nas condições de vida das populações rurais.

O entendimento é de que no processo de produção camponesa se forma uma consciência corporativa e de aversão às atividades coletivas, diferentemente do que ocorre com a produção capitalista nas indústrias. A coletivização da terra, trabalho, instrumentos, gestão da produção, sintetizadas numa cooperativa, seria uma condição para superação da consciência camponesa e, conseqüentemente, construção da consciência coletiva. Assim, a “base” material em que os camponeses estavam inseridos não permitia que eles se construíssem enquanto sujeitos políticos.

Mas, se por um lado, autores marxistas, e o próprio Marx, não vêem continuidade de existência para o camponês com a intensificação das relações capitalista, por outro, apontam o princípio da contradição e da luta de classes para considerar a possibilidade de sua existência. Portanto, a idéia de contradição elaborada por Marx permite outra interpretação de campesinato.

Lênin (1982) aprofunda a compreensão de campesinato ao tratar do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, ao reportar-se às relações não-uniformes no interior do capitalismo. O livro I de *O Capital*, que trata do desenvolvimento igual das relações capitalistas dificultava a compreensão do capitalismo na Rússia, o que motivou Lênin a estudar o capitalismo a partir da noção de *formação econômico-social*, explicando a unidade do diverso. O conceito de formação econômico-social implica no reconhecimento de um descompasso entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas materializada num mesmo espaço.

Segundo Gruppi (1979), ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin vai tratar da particularidade do campesinato e a especificidade daquela formação histórica, articulada com o desenvolvimento capitalista. É importante destacar, neste momento, que a lei de “desenvolvimento universal” do capitalismo, analisada por Marx, deve estar vinculada ao conceito de formação econômico-social, também formulado por Marx. “Na concepção de Lênin, a sociedade se desenvolve em formações econômico-sociais distintas, das quais podem ser determinadas as leis específicas que as governam”. (Gruppi, 1979, p. 9/10).

A complexa trama da reprodução do campesinato como fração da classe trabalhadora do modo de produção capitalista remete à necessidade de interpretação da sua existência no contexto das lutas de resistência e às manifestações desenvolvidas por eles, pois se trata de uma luta contra a ordem capitalista.

O conflito de classes no campo, ou seja, o conflito entre camponeses e capitalista/proprietários de terra não está no princípio da mercadoria, mesmo considerando a lógica da exploração e distribuição da mais-valia. O conflito está na transferência da renda ao capitalista da indústria, bancos, comerciantes e proprietários de terra através da circulação de mercadorias. “O que mais pesa ao camponês não é o grande proprietário agrário, mas o capital bancário e o crédito, o capital mercante e os preços, o Estado e o imposto (...) a contestação camponesa traz à tona o funcionamento fundamental do próprio sistema, e neste caso não há nenhum patrão, em particular, suscetível de desempenhar o papel de pára-raios ou bode expiatório para a cólera das massas camponesas em revolta (...) O verdadeiro patrão dos camponeses é a indústria e o Estado”. (Amin e Vergopoulos, 1986, p. 134).

Ao estudar os camponeses, Martins (1990) levanta a necessidade de reinterpretar as lutas dos camponeses, reconhecendo na luta pela terra a forma de garantia de seu lugar no processo social e político. Martins coloca a luta pela terra, que na realidade é uma luta contra a renda da terra, no centro da sua compreensão de campesinato. As lutas e resistências dos camponeses ocorrem de variadas formas, através da qual tem procurado se fazer ouvir. Portanto, segundo Martins (1990), é por meio de suas lutas que o camponês

fala e constrói sua participação social. São inúmeros os exemplos de formas de fala dos camponeses, ou seja, a fala de suas ações políticas que é essencialmente para entrar na terra e nela permanecer (contra a expropriação e subordinação).

Oliveira (1991) resgata a idéia de desenvolvimento contraditório e desigual das relações capitalistas para compreender a existência e reprodução camponesa. O campesinato é uma condição da existência do próprio capitalismo, ou seja, se existe capitalismo, existe contradição e, conseqüentemente, a existência dos camponeses. Para Oliveira, isso se constitui numa “traição” às leis capitalistas.

Além dos projetos de colonização e migração, Oliveira (1991) cita o exemplo do arrendamento de terras por camponeses no Oeste do Estado de São Paulo, para indicar que o próprio capital lança mão da produção não-capitalista para produzir capital. Assim, “... no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade” de reprodução e existência do campesinato. (Oliveira, 1991, p. 50).

O sentido contraditório e desigual está no fato do camponês garantir a sua existência no sistema adverso pela luta. É como se o camponês não tivesse lugar no capitalismo, fosse de fora, mas insiste em continuar existindo, ou seja, traindo as leis do capital pela luta.

Um exemplo importante de existência camponesa garantida mais pela luta e resistência do que a possibilidade que capitalismo cria ou abre para os camponeses é o dos sem-terra. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidade de existência por meio de lutas e resistência.

Importante estudo do campesinato na interior do processo de contradição é apresentado por Almeida (2003) ao tratar da luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul. Refere-se ao caráter ambíguo da existência camponesa ao remeter a discussão à consciência de *classe em si* e *classe para si*. Os camponeses, no seu entendimento, são considerados como classe social, ou seja, a classe camponesa, apresentando-a como “nova” classe da sociedade capitalista. Na sua compreensão ainda, o camponês revela-se como uma classe ambígua, pois ao mesmo tempo em que é um trabalhador, age como proprietário de terra e dos instrumentos de trabalho. “A situação conflitiva vivenciada pelos camponeses na busca do retorno a terra é uma luta pela (re) criação de sua condição de classe *sui generis*, uma classe cuja natureza econômica e social encontra-se alicerçada na contradição: é formada por sujeitos que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra (e dos meios de produção) e trabalhadores; porém, um trabalhador diferente do operário porque não se defronta cotidianamente com a exploração de seu trabalho e com os mecanismos de ocultamento/alienação próprios desta condição”. (Almeida, 2003, p. 355).

É neste processo de condição contraditória de trabalhador e proprietário, apontado por Almeida (2003), que o camponês constrói sua existência e seu lugar social. O que está colocado na discussão sobre o campesinato é a sua participação enquanto sujeitos sociais na construção de sua autonomia e libertação da subordinação ao sistema capitalista de produção.

As manifestações coletivas e comunitárias entre os camponeses

Os camponeses desenvolvem um conjunto de atividades e lutas para garantir a sua existência e permanência na terra. As ações coletivas e comunitárias são algumas das atividades desenvolvidas pelos camponeses que se revelam como componente do conteúdo contraditório das relações de produção capitalista.

O debate sobre o comunitário e o coletivo vem de longa data e está situado nas discussões ocorridas no interior da Internacional Comunista, sobretudo na I Internacional. Foi nesta Internacional que se cristalizou o confronto entre os pontos de vista marxista e proudhoniano. Enquanto os marxistas partiam da abordagem tradicional da eficácia da concentração do capital, nacionalização das terras e formação de grandes unidades produtivas, os proudhonianos defendiam a apropriação privada da terra camponesa e viam aí a garantia da liberdade individual. Os marxistas atacavam a produção camponesa considerando-a pelo seu conteúdo pequeno burguês, anticapitalista e romântico.

As ações coletivas entre os camponeses são atividades desenvolvidas a partir da descoberta e de revelações políticas. Em *Que Fazer?* Lênin deixa claro que a destruição de sistemas opressores feitos na revolução socialista passava pela necessidade de revelações políticas. Mas, estas revelações seriam possíveis pelas mãos do partido, o que indica que as “massas”, ou seja, os sujeitos, onde se incluem os camponeses, não seriam capazes de construir a sua liberdade sem as revelações políticas oferecidas pela direção partidária. “Apenas o partido que organizar verdadeiramente as revelações... poderá tornar-se, em nossos dias, a vanguarda das forças revolucionárias”. (Lênin, 1988, p. 70).

As ações coletivas são aquelas marcadas por um conteúdo de classe social. São ações motivadas por uma identidade política construída no processo de luta pela terra e possuem perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade.

Fernandes (1996), procurando compreender as manifestações políticas das lutas dos sem-terra, refere-se à luta de negação da proletarianização dos camponeses num processo de enfrentamento e resistência contra a subordinação capitalista. As ações coletivas são atividades desenvolvidas a partir da construção de espaços de socialização política entre os camponeses dos assentamentos. Fernandes (1996), refere-se a uma multidimensionalidade

no espaço de socialização política que se expressa no “espaço comunicativo”, “espaço interativo” e no “espaço de luta e resistência”.

O espaço comunicativo é a primeira dimensão do espaço da socialização política e consiste num lugar onde os sujeitos constroem a consciência dos direitos até a formação de uma identidade social. A comunicação enquanto uma atividade de organização social se realiza no tempo e no espaço que podem ser a igreja, sindicato, escola, etc.

Neste processo é construída outra dimensão da socialização política: o espaço interativo. Este espaço é entendido como uma segunda dimensão do espaço de socialização, em que os sujeitos possuem conhecimento crítico da realidade e de suas ações. A partir da comunicação e da interação se constitui a luta e a resistência, quando tem início a terceira dimensão da socialização política, ou seja, a criação do espaço de luta e resistência em diferentes lugares. Neste momento, ocorre a espacialização da luta com a reprodução de experiências construídas a partir da socialização política. A partir do acampamento, desdobram-se outros espaços de socialização, como marchas, caminhada, ocupações de órgãos públicos, etc.

Nos assentamentos de sem-terra também se verifica um conjunto de manifestações coletivas e comunitárias, como é o caso da formação de cooperativas, grupo de assentados, associações, núcleos de produção, grupos coletivos, núcleos de moradias, etc. As ações coletivas não se materializam exclusivamente no trabalho e produção agropecuária, como a coletivização da terra, por exemplo.

As ações comunitárias entre os camponeses não apresentam necessariamente conteúdo político de questionamento do ordenamento social regido pelo capital. Elas são ações não necessariamente caracterizadas por vínculos ideológicos e políticos, mas pela solidariedade entre as pessoas.

Entretanto, não se trata de estágios em que camponês, para garantir a sua reprodução, deve romper os vínculos de lote individual, passar pelo comunitário, e chegar na organização da produção coletiva. O que ocorre é que as ações comunitárias podem ser potencializadas e se transformar em ações coletivas, garantindo a reprodução camponesa. A solidariedade que a proximidade espacial dos lotes de terra permite, por exemplo, pode ser potencializada politicamente, transformando-se em ações coletivas capazes de promover alterações na relação de poder.

As ações comunitárias se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na trocas de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, etc. Outras atividades podem indicar o “espírito” comunitário, como o lazer e festividades, visitas

aos vizinhos em finais de semana, reuniões religiosas sejam na sede da comunidade onde está a capela ou mesmo residências.

Os vínculos mediados por relações comunitárias permitem que se troquem informações e discussões dos mais variados assuntos, desde as relações familiares, passando pelo preço dos produtos e manejo de lavouras. Trata-se de discussões espontâneas caracterizadas mais pela diversão e prazer das conversas do que deliberação de ações sistematizadas de luta, resistências e reivindicações. Mas, os laços e ações comunitárias podem ser potencializados e se desdobrarem em ações coletivas.

Segundo Marcos (1996), ao tratar da construção de um território da utopia camponesa, a forma comunitária de organização da produção permite a “sustentabilidade” da produção camponesa. As formas comunitárias de produção, consideradas as ideais pela autora, requerem um nível maior de socialização do trabalho e estão próximas do comunismo primitivo.

A compreensão de Marcos (1996) de organização da produção comunitária não visualiza conteúdo de luta de classe nas manifestações dos camponeses e não se coloca como alternativas de mudanças sociais para além do grupo envolvido. As implicações da socialização da produção estão restritas à comunidade.

É importante frisar que as relações comunitárias podem possibilitar a construção da cidadania e da consciência política. Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. São necessárias revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a sociedade capitalista. A partir desta compreensão, as relações comunitárias podem contribuir para a construção da consciência política e desenvolvimento de ações coletivas.

Santos (1978), refere-se às práticas e construção da utopia comunitária, destacando formas comunitárias de relações, como ajuda mútua, festas, religião, etc. Estas formas de relações permitem um ordenamento social que leva às manifestações politizadas de cidadãos que reivindicam medidas do Estado no atendimento de seus interesses e formação de uma consciência sindical. “Há indícios, por conseguinte, de que a ‘sociedade’ começa a transformar-se numa associação de cidadãos reivindicantes perante o Estado, o que vale dizer que ela tende a ser redefinida em termos de requisitos políticos societários, na medida em que passa a ser um instrumento de mediação entre os colonos e o Estado”. (Santos, 1978, p. 163).

Nos assentamentos de reforma agrária, o MST tem defendido a implementação de cooperativas como forma de intensificar o processo coletivo. Mas, as manifestações coletivas nos assentamentos não estão restritas às cooperativas e surgem muitas outras

manifestações, como é o caso da formação de grupos de assentados, associações, núcleos de produção, caminhadas, atos públicos, etc.

Organizados na forma de núcleos e grupos, os camponeses dos assentamentos canalizam seu potencial de luta política para garantir a sua existência no sistema adverso (capitalismo). Enfim, os grupos de assentados e núcleos formados nos assentamentos operacionalizam atividades coletivas e construção do território camponês.

A unidade existente entre as famílias dos núcleos e grupos de assentados não tem sido mediada pela produção agrícola necessariamente, mas pela “identidade política” construída no processo de luta. Os núcleos e grupos formados por camponeses não são um espaço de produção agrícola apenas, mas espaço de socialização e construção política que oferece resistência à subordinação capitalista. Não é a produção, necessariamente, mas a “identidade política” e de classe social forjada nas lutas que forma a coesão nos núcleos e grupos de camponeses, sobretudo nos assentamentos de reforma agrária.

Assim, os camponeses assentados combinam variadas formas de relações, apresentando diferentes situações que não se esgotam numa fórmula única. Embora muitos grupos sejam formados por famílias motivadas por um condicionante econômico (produção) são as relações sociais, políticas e ideológicas que forjam as ações coletivas. É neste agir coletivo centrado na esfera política que os camponeses vão constituindo o seu território no espaço dos assentamentos de reforma agrária.

Considerações finais

A partir de uma fundamentação teórica que privilegia o desenvolvimento igual das relações capitalistas, com uma tendência à uniformização e territorialização do capital, não se compreende a manutenção e existência camponesa, ou seja, ao máximo que se pode chegar é tratar do camponês como um resíduo que cedo ou tarde irá desaparecer com a implantação de típicas relações capitalistas.

É neste contexto que devem ser interpretadas a manifestação coletiva e comunitária entre os camponeses, sobretudo nos assentamentos de sem-terra. As manifestações comunitárias são práticas camponesas sustentadas no “espírito” solidário e não está marcada pelo sentimento de pertencimento de classe a partir de uma construção ideológica, mas uma unidade forjada na identidade entre aqueles que estão próximos, sobretudo do ponto de vista do espaço. Por outro lado, as práticas coletivas são caracterizadas pela construção de unidade entre as pessoas a partir do pertencimento de classe que se manifestam em práticas materializadas como a formação de cooperativas, reivindicações de benefícios, atos públicos, marchas, caminhadas, etc.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A. Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de recriação camponesa no Mato Grosso do Sul. Presidente Prudente. 2003. Tese de Doutorado em Geografia. Unesp.
- AMIN, S. VERGOPOULOS, K. A Questão Agrária e o Capitalismo. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.
- ENGELS, F. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: A Questão Agrária. Silva, J.G. e Stolcke, V. Tradução. Sandra Brizolla. São Paulo: Brasiliense. 1981. 59-80.
- FERNANDES, B. M. MST - Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec. 1996.
- GRUPPI, L. O Pensamento de Lênin. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Graal. 1979.
- KAUTSKI, K.. A Questão Agrária. Tradução de Otto E.W. Maas. São Paulo. Nova Cultural. Os Economistas. 1986.
- LENIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas. 1982.
- _____. Que Fazer? Tradução: Hucitec. São Paulo: Hucitec. 1988.
- MARCOS, V. Comunidade Sinsei (U) topia e Territorialidade. São Paulo. 1996. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH/USP.
- MARTINS, J. S. Caminhada no Chão da Noite. São Paulo: Hucitec. 1989.
- _____. Os Camponeses e a Política no Brasil. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.
- MARX, K. El Campesinato Como Clase: México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- _____. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Moraes. 1987.
- PAULINO, E.T. A Questão Agrária e o Campesinato: um Retorno aos Clássicos. In: Caderno Prudentino de Geografia. Geografia, Movimentos Sociais e Natureza. N. 19/20. 1997. P. 5-25.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto. 1991.
- SANTOS, J. V. T. Colonos do Vinho. São Paulo: Hucitec. 1978.